

Capítulo 17

Aspectos de continuidade e possibilidades de mudanças na economia mundial

Por Márcio Gimene,¹ Thiago V. Barbosa² e Fausto Oliveira³

1 Márcio Gimene, Economista, Doutor em Geografia, Analista de Planejamento e Orçamento.

2 Thiago V. Barbosa, Economista efetivo do Ministério da Cidadania, Mestre em Relações Internacionais.

3 Fausto Oliveira, Jornalista especializado em tecnologias industriais e infraestrutura.

17.1 Introdução

A velocidade dos avanços tecnológicos e das transformações sociais a eles associadas provoca nas pessoas um misto de euforia e angústias existenciais capaz de gerar dúvidas e novas perspectivas que desafiam as visões de mundo estabelecidas. Viver em meio a permanentes mudanças exige certa dose de coragem e determinação para sairmos das nossas zonas de conforto em busca do desconhecido. Se o futuro é incerto, também são incertas nossas convicções e os modelos mentais que usamos para interpretar os acontecimentos que nos cercam. Somos plenamente capazes, no entanto, de extrair aprendizados do passado para iluminar escolhas do presente que possam contribuir para a construção do amanhã desejado. É com esse propósito que o presente ensaio apresenta aspectos de continuidade e possibilidades de mudanças na economia mundial.

Na contramão das narrativas que deliberadamente confundem as lógicas de funcionamento das finanças públicas e privadas, a primeira seção recorda que no atual sistema monetário permanece válida uma premissa verificada em diversas sociedades nos últimos cinco milênios: para que o soberano possa recolher na forma de tributos as moedas que ele mesmo cria, é preciso primeiro colocar essas moedas em circulação adquirindo bens e serviços da população local. Dessa constatação resulta a conclusão de que déficits públicos são necessários para que as famílias e empresas tenham orçamentos superavitários. Logo, está ao alcance da população de cada país monetariamente soberano mobilizar os recursos disponíveis com vistas à construção do futuro coletivamente vislumbrado.

A segunda seção do ensaio aborda as transformações vislumbradas no sistema interestatal e as suas possíveis conexões com as desigualdades de renda intra e internacionais. Argumenta-se que caminhamos para a consolidação de um mundo com dois sistemas: de um lado, as instituições concebidas e geridas a partir dos interesses dos Estados Unidos e dos seus aliados *geopolíticos*; de outro lado, a China liderando a formação de um bloco de países que buscam construir suas próprias trajetórias de desenvolvimento, eventualmente em parceria com as potências do Atlântico Norte, mas sem a elas se subordinar. A forma como

cada país defenderá seus interesses nesse complexo sistema interestatal definirá as possibilidades de elevação da qualidade de vida das suas populações.

A terceira seção argumenta que as transformações esperadas nas lógicas de produção e consumo tendem a ocorrer sem que haja uma reversão da lógica de concorrência entre países na corrida pelo domínio de setores de alta tecnologia. Consequentemente, aspirações por maior compartilhamento e complementaridade de estruturas produtivas tenderão a ser obstadas por iniciativas empresariais, eventualmente com apoio dos governos nacionais, que visem promover concentração de marcas e patentes, bem como reservas de mercado e de direitos de uso de tecnologias proprietárias. A aceleração dos investimentos na fronteira tecnológica, associada a uma adição de demanda mundial por itens providos por setores distantes da fronteira, pode indicar uma retomada de processos de industrialização e intensificação de cadeias produtivas locais e regionais sob um novo marco *geopolítico* que ainda é desconhecido. Uma sessão conclusiva encerra o ensaio.

17.2 Dívida pública e construção do futuro

Desde a criação dos bancos centrais, cerca de duzentos anos atrás, o sistema monetário se tornou mais sofisticado, mas seus conceitos básicos continuam os mesmos dos últimos cinco milênios: para que o soberano possa recolher na forma de tributos as moedas que ele mesmo cria, é preciso primeiro colocar essas moedas em circulação adquirindo bens e serviços da população local. Não é possível ocorrer o contrário, pois neste caso as famílias e empresas não teriam como obter a moeda estatal para devolvê-la na forma de tributos ao governo que a criou.¹

Um princípio básico de contabilidade nos ajuda a entender como governos monetariamente soberanos podem operar permanentemente com déficits públicos: todo ativo financeiro corresponde a um passivo financeiro. Em uma economia fechada, isso significa que o superávit obtido pelo setor público corresponde a um déficit no setor privado, e vice-versa. Quando se inclui o setor externo na análise, o raciocínio é o mesmo: considerando como “resto do mundo” os governos, as empresas e as famílias dos países com os quais um determina:do país possui

¹ Lerner (1943, 1947), Wray (2003, 2015), Mitchell, Wray e Watts (2019), Dalto et. al., (2020) e Kelton (2020).

relação financeira, temos a seguinte identidade:

$$\text{balanço privado doméstico} + \text{balanço público doméstico} + \text{balanço externo} = 0$$

Ou seja, ao menos um desses setores precisa apresentar despesas maiores do que receitas para que algum outro setor apresenta receitas maiores do que despesas. Como não é possível que esses três setores apresentem receitas maiores do que despesas em um mesmo período, para que haja aumento da riqueza financeira privada (isto é, das famílias e empresas) é preciso que haja um déficit equivalente no setor público (supondo que o balanço externo esteja equilibrado, para simplificar).

É por isso que superávits devem ser evitados no setor público, caso não se pretenda provocar deliberadamente o empobrecimento das famílias e empresas. E é também por isso que os governos monetariamente soberanos devem operar com orçamentos deficitários, de forma a permitir que o conjunto das famílias e empresas situadas em seu território possam operar com orçamentos superavitários. Como mostrado na Tabela 17.1, todas as grandes economias mundiais funcionam sistematicamente com dívidas públicas.

Tabela 17.1 – Países selecionados. Dívida Bruta/PIB (%) – 2019-2026

País	Projeções							
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Japão	235,4	254,1	256,9	252,3	250,8	251,0	251,3	251,9
Itália	134,6	155,8	154,8	150,4	149,4	148,6	147,5	146,5
Estados Unidos	108,5	133,9	133,3	130,7	131,1	131,7	132,5	133,5
Espanha	95,5	119,9	120,2	116,4	116,2	116,3	116,8	117,5
França	97,6	115,1	115,8	113,5	114,6	115,4	116,2	116,9
Reino Unido	85,2	104,5	108,5	107,1	109,4	110,5	111,2	111,6
Brasil	87,7	98,9	90,6	90,2	91,7	92,4	92,6	92,4
Canadá	86,8	117,5	109,9	103,9	100,2	96,9	96,4	89,7
Índia	74,1	89,6	90,6	88,8	88,1	87,3	86,3	85,2
China	57,1	66,3	68,9	72,1	74,5	76,6	78,5	80,1
Alemanha	59,2	69,1	72,5	69,8	68,0	65,9	63,4	60,9
Rússia	13,8	19,3	17,9	17,9	17,7	17,8	17,5	17,5

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Fundo Monetário Internacional – Monitor Fiscal, outubro de 2021.

Isso é possível porque nas sociedades onde existe crédito é o gasto agregado que determina a renda e o nível de emprego da economia. Nessas sociedades, as decisões de investimento dos agentes privados dependem de que as suas expectativas de rendimentos futuros sejam maiores do que os rendimentos proporcionados pelas taxas de ju-

ros vigentes. Como o investimento privado depende fundamentalmente de dois fatores (eficiência marginal do capital $>$ taxa de juros), ambos relacionados à incerteza, trata-se de uma decisão volátil, o que significa que a produção, a renda e o emprego também são instáveis.²

É o que se nota claramente nas recessões econômicas. Quanto menos as pessoas investem e consomem, mais escassas se tornam as oportunidades de vender mercadorias lucrativamente, tornando o investimento privado menos atraente, o que reforça a tendência recessiva. A redução nas rendas das famílias e empresas tende a estimular situações de instabilidade social e política, o que aumenta a imprevisibilidade do ambiente econômico e torna ainda mais valiosa a liquidez da moeda. Como a inversão do ciclo econômico passa pela remobilização da capacidade ociosa formada durante a recessão, a realização de novos investimentos privados acaba sendo adiada.

É justamente por isso que o Estado precisa atuar de forma anticíclica. A política *econômica* precisa garantir que o emprego e a produção não caiam de forma multiplicada e que, ao contrário, possam crescer, atenuando os problemas de desemprego e multiplicando a produção e a renda a partir da ampliação de gastos públicos que contribuam de forma efetiva para a melhoria das condições de vida da população. O Estado pode e deve agir assim, pois não tem o objetivo de lucro da iniciativa privada e, por isso, não precisa comparar a eficiência marginal do capital com a taxa de juros.

É por meio dos gastos públicos, das compras governamentais, dos critérios e das condições de financiamento público, das contrapartidas exigidas dos agentes privados, das atividades de regulação e fiscalização, do sistema tributário e das demais formas de ação estatal que a construção de um projeto de desenvolvimento soberano se torna realidade.

A ampliação dos gastos públicos em economias que estejam operando abaixo do pleno emprego possibilita multiplicar a renda e gerar novos empregos, o que é crucial para mudar o pessimismo dos agentes privados. Com os níveis de renda e de emprego subindo, os investidores privados passam a ter maior expectativa de demanda pelos seus produtos. Isso eleva a rentabilidade esperada dos seus investimentos, que passa a superar a taxa de juros e assim o investimento privado se amplia. O resultado é a retomada do crescimento econômico, ampliando a renda e gerando novos empregos, o que permite inclusive

2 Kalecki (1943), Keynes (1964) e Minsky (2013).

ampliar a arrecadação tributária.

Isso não significa que governos monetariamente soberanos devam gastar sem planejamento. Para que um gasto público seja funcional, isto é, para que ele cumpra adequadamente uma determinada função definida pelo planejamento governamental, ao menos três aspectos precisam ser considerados: o custo de oportunidade, os possíveis impactos inflacionários e as restrições externas.³

O custo de oportunidade se refere aos benefícios que deixam de ser usufruídos quando gastos que não atendam necessidades concretas da população mobilizam recursos escassos (força de trabalho, recursos naturais, tecnologias, capacidade de gestão e divisas internacionais) que poderiam ser melhor empregados em outras atividades.

Sobre os impactos inflacionários, é preciso que se tenha clareza que controlar a demanda agregada não é suficiente para controlar a inflação. O lado da oferta é tão ou mais importante que o da demanda quando se trata de controle da inflação, pois abarca os diferentes tipos de inflação de custos: a inflação de salários; a inflação de lucros; a inflação importada; e a inflação de gargalos setoriais de oferta.⁴

Sobre as restrições externas, é preciso reconhecer que nem todos os bens e serviços demandados em uma determinada economia podem ser adquiridos com a moeda nacional. Exceto o país emissor da moeda-chave internacional (atualmente os Estados Unidos da América), todos os demais enfrentam algum grau de restrição para contratar bens e serviços que não estejam disponíveis para venda na sua própria moeda.

É importante pontuar, no entanto, que a elevação do endividamento público pode apresentar diferentes resultados. Caso a ampliação dos gastos públicos impulse um novo ciclo de crescimento econômico mundial, é de se esperar que haja um aumento das pressões políticas de setores empresariais, no sentido de reduzir as despesas primárias necessárias para viabilizar as políticas públicas direcionadas aos segmentos sociais mais vulneráveis. Nos países em que tais pressões orientam a gestão macroeconômica, é provável que a incipiente retomada do crescimento econômico seja obstada pela insuficiência de demanda agregada. O resultado previsível neste caso será a ocorrência do que os economistas costumam chamar de “voo de galinha”, isto é, um processo de crescimento econômico efêmero, que não se sustenta ao longo do tempo.

3 Gimene, Conceição e Modenesi (2022).

4 Davidson (1978, 2003) e Modenesi (2005).

Contudo, pode-se vislumbrar ao menos duas trajetórias disruptivas relacionadas à elevação do endividamento público: aumento da dívida externa e revisão de prioridades para o gasto público.

Em um ambiente intrinsecamente instável – no qual o dólar fiduciário é a moeda-chave, a finança de mercado liberalizada e globalizada é dominante e a financeirização é o padrão sistêmico de gestão da riqueza – os governos que se endividam predominantemente em moedas emitidas por outros governos podem vir a enfrentar maior vulnerabilidade diante de conjunturas internacionais adversas. Choques externos podem levar à ocorrência simultânea de crises cambiais e bancárias, resultando em racionamento de crédito, situações de pânico e comportamentos de manada. Para evitar que isso ocorra, é desejável que os governos evitem contrair dívidas denominadas em moedas que não sejam emitidas por eles mesmos.

Em relação à revisão de prioridades para o gasto público, cabe destacar que a destinação dos orçamentos públicos tende a ser um reflexo da correlação de forças políticas vigentes em cada sociedade. Quando se trata de direcionar recursos públicos para apoiar bancos e grandes empresas privadas, ou para perdoar grandes sonegadores e devedores de obrigações tributárias e trabalhistas, as preocupações dos grupos economicamente mais influentes em relação à necessidade de austeridade fiscal costumam ser relaxadas. No entanto, é possível que em alguns países ocorram mudanças estruturais na correlação de forças políticas internas. Se e onde isso ocorrer, as famílias que concentram maior patrimônio e renda podem vir a ser menos contempladas pelas despesas públicas e mais exigidas em termos de arrecadação tributária.

17.3 Sistema interestatal e desigualdades de renda

O sistema político mundial é caracterizado pela competição e a guerra (convencional e não convencional) entre seus Estados e economias nacionais. Nesse sistema não existem países satisfeitos; todos estão sempre se propondo a aumentar seu poder e sua riqueza, e, nesse sentido, todos são expansivos – em particular as grandes potências que já ocupam o topo da hierarquia do poder e das riquezas mundiais.⁵

Todas as grandes potências foram expansivas desde o momento de consolidação de seus centros de poder internos e utilizaram suas economias nacionais como instrumento de poder a serviço de suas es-

5 Fiori (2007, 2014).

tratégias políticas. Isto é, definiram as grandes metas de suas economias nacionais e de sua própria política *econômica* a partir de objetivos estratégicos situados no campo do poder. Por isso, a luta dessas potências está diretamente ligada à expansão contínua dos seus territórios econômicos supranacionais e ao controle monopólico de novos mercados.

Cada Estado procura explorar, em benefício exclusivo ou principal dos seus nacionais, os pólos de crescimento situados no seu território, ou que conquistou fora dele. Para tanto, cada Estado utiliza os meios de que dispõe para afastar os concorrentes das vantagens que pretende extrair do controle exclusivo de determinados polos. Afinal, as grandes unidades econômicas (empresas, indústrias, polos) estão entre os principais instrumentos de prosperidade dos Estados nacionais; e o crescimento dessas unidades depende de importações, exportações, centros de aprovisionamento e mercados exteriores ao território nacional, que são conquistados ou manipulados por meio de ações políticas e militares.⁶

Nesse ambiente altamente competitivo, o livre jogo das forças do mercado tende a aumentar as desigualdades de poder e riqueza. Isso acontece porque, a partir de uma aglomeração inicial verificada em determinada localidade, ocorrem economias de escala e externalidades tecnológicas, atraindo novos recursos que reforçam circularmente a expansão do mercado. O primeiro empreendedor cria facilidades para a implantação de novos empreendimentos, contribuindo para o sucesso das iniciativas subsequentes. Essa causalção circular tende a reforçar assimetrias regionais, já que o crescimento de uma região produz efeitos propulsores, mas também efeitos regressivos nas áreas periféricas. Por isso certas localidades apresentam crescimento contínuo, enquanto em outras prevalece a estagnação ou mesmo a regressão. Como a complexidade tecnológica é a força dinâmica nesse processo, os países e as regiões periféricas tendem a permanecer especializados nas atividades de baixas complexidade e valor agregado, caso não adotem providências duradouras e suficientes para diversificar e elevar a complexidade de suas atividades produtivas. A atuação governamental se faz necessária justamente para potencializar os efeitos propulsores e mitigar os efeitos regressivos das atividades e dos fluxos econômicos.⁷

6 Perroux (1967).

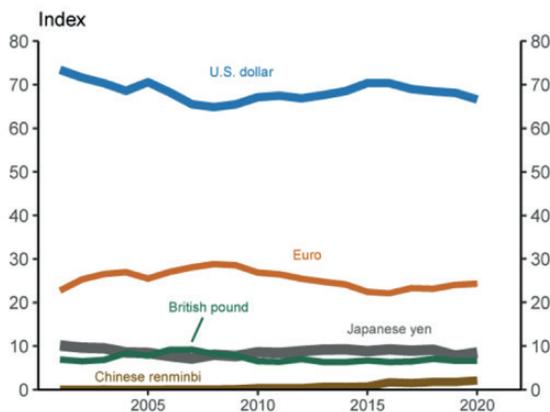
7 Myrdal (1972).

17.3.1 Sistema interestatal

O sistema interestatal passa por grandes rupturas basilares para análise de futuro. A tendência é de estabelecimento de um mundo com dois sistemas. A clivagem sistêmica pode ser maior que a observada durante a Guerra Fria. Trata-se de rupturas no sistema de direito internacional e de arbitragem da Organização das Nações Unidas (ONU), de sistemas de pagamento, de moedas de curso internacional, sistemas de tecnologia da informação (TI) – IOS/Android e o Harmony Operating System chinês –, mídias sociais – Youtube, Youku chinês e VK russo, Whatsapp, Telegram russo, e Wechat chinês –, serviços de TV a cabo, produção audiovisual, sistema de operação militar e georreferenciamento – GPS,⁸ Glonass russo e Beidou chinês –, alocação de reservas internacionais pelos governos etc.

Como mostra o Gráfico 17.1, a tendência de queda do Dólar como moeda usada no comércio internacional é lenta. Somando-se ao Euro, estas moedas respondem por mais de 75% do total.

Gráfico 17.1 – Índice de uso de moeda internacional



Fonte: FED, EUA.

Nota: O índice é uma média ponderada da participação de cada moeda nas reservas cambiais divulgadas globalmente (peso de 25 por cento), volume de transações cambiais (25 por cento), emissão de dívida em moeda estrangeira (25 por cento), moeda estrangeira e créditos bancários internacionais (12,5 por cento) e passivos cambiais e bancários internacionais (12,5 por cento). Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/econres/notes/feds-notes/the-international-role-of-the-u-s-dollar-20211006.htm>. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Politics/International-relations/China-and-Russia-ditch-dollar-in-move-toward-financial-alliance>. 2020.

⁸ GPS – Sistema de Posicionamento Global.

No entanto, a China vem trabalhando, junto com outros países, para reduzir a dependência técnica e política em relação ao Dólar, ao Euro e ao sistema SWIFT.⁹ Sistemas de pagamento e compensação em moeda local, como o SML¹⁰ que envolve o Peso Argentino/Real e o acordo China-Rússia, já vinham ganhando espaço e se aceleraram depois da onda de sanções contra Rússia e China na década de 2010.

Contudo, por trás dessa tendência lenta e de longo prazo, a radicalização da política de sanções dos Estados Unidos e seus aliados tende a criar uma ruptura para um quadro de rápida transformação do poder do Dólar. Duas possibilidades, que podem avançar paralelamente, são a emergência do Yuan e a criação de uma cesta lastreada em moedas e *commodities*.

Os alinhamentos entre países e pressões dependerão de condições objetivas. Países que sucumbem a pressões em detrimento do pragmatismo de interesses nacionais entram em um novo ciclo colonial e de expropriação de riquezas. Alguns poucos países – a exemplo de Brasil, Argentina, África do Sul, Venezuela e Índia – poderão pendular entre os dois sistemas, mas a pressão de alinhamento tende a ser grande.

Os protagonistas do novo sistema interestatal são o bloco da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), capitaneado por Washington, que seguirá dominando sistemas de pagamento e reserva de valor, mas em zonas de influência reduzidas; e a cooperação China-Rússia e sua influência asiática, incluindo o Irã, que se consolida em termos de comércio, com crescente interdependência e integração de cadeias produtivas e infraestrutura. Os outros alinhamentos são incertos e definirão em última instância os rumos *geopolíticos*: Brasil, Índia, Indonésia, Argentina, Turquia e potências energéticas do Oriente Médio e África. Não há como pensar o futuro sem considerar o papel que esses países ocuparão no sistema interestatal. Outra variável de equilíbrio envolve o grau de autonomia política e *econômica* de países OTAN líderes da União Europeia, ou seja, França, Alemanha e Itália.

Mesmo se prevalecer a lógica de um mundo com dois sistemas, e de rupturas de tratados internacionais (caso do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares), os países detentores de tecnologia nuclear tendem a se juntar para impedir que novos países obtenham esta

9 SWIFT (abreviatura para Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication, ou Sociedade para Telecomunicações Financeiras Interbancárias Mundiais) é um sistema que tem como principal função permitir a troca de informações bancárias e transferências financeiras entre as instituições financeiras.

10 Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML).

tecnologia. O país que negociar uma entrada neste seletivo grupo poderá aspirar perspectivas geopolíticas mais soberanas.

Não deve ser descartada uma crise ou o colapso do sistema de patentes a partir de rupturas de tratados internacionais, o que abre uma janela de oportunidade para países com capacidade científico-tecnológicas consolidadas para um processo de *catch-up*, a exemplo de Rússia, Brasil, Irã, Turquia e Índia. Contudo, como no caso de acordos contra armas nucleares, a questão de patentes pode unir os líderes dos dois blocos, visando sua manutenção. Por mais radical que seja a ruptura entre os blocos, esses e outros casos específicos apontam que haverá áreas de cooperação inter-blocos, o que inclui os sistemas de navegação aérea e naval.

De todo modo, a discussão centro-periferia não perde pertinência no mundo atual, e o conceito de imperialismo segue relevante e dependerá de fatores regionais e da inserção de cada país nas cadeias produtivas regionais e globais. Aqui, o elemento central é como cada país irá aproveitar rupturas para internalizar setores de maior valor agregado e com alta elasticidade renda.

Na América do Sul, a realocação de cadeias produtivas pode gerar ganhos de renda do trabalho a partir da retomada de setores industriais de baixa e média tecnologia e os setores de serviços a eles atrelados. Brasil e, de alguma maneira, Argentina, podem lograr ganhos em setores de alta tecnologia. Pode ocorrer uma retomada de dinâmicas regionais de comércio, tendo em vista as capacidades técnicas e riquezas naturais em termos de minerais e energia. Neste caso, haverá pressões dos Estados Unidos (EUA) para ocupar os ramos mais rentáveis dessas cadeias regionais. Porém, a concorrência com o bloco asiático pode levar aquele país a negociar com países Sul-americanos setores em que os EUA renunciarão a suas históricas rendas extraordinárias baseadas na arbitragem política, monetária e militar. Não sem a pressão de setores internos daquele país, sempre ávidos por rendas extraordinárias oligopolistas e mesmo de capital primitivo.

Na Ásia, as principais cadeias produtivas já estão articuladas em torno da China. Cadeias que foram primeiramente organizadas pelo Japão, ao estender cadeias produtivas para países de menor custo de mão de obra, de forma a garantir competitividade. Mesmo com vasta mão de obra, a China se utilizou desse legado e deve manter essas cadeias produtivas asiáticas em funcionamento. O bloco liderado pela China detém a maioria da população mundial, de modo que a potência asiática terá que ceder pontos importantes de cadeia produtiva para garantir a

estabilidade político-social em seu entorno de influência. O Japão nunca teve tal obrigação.

A África entra como tabuleiro de disputa e influência entre os dois grandes blocos. Lá o *soft power* chinês se contrapõe à traumática memória colonialista consolidada na Conferência de Berlim (1884-85), nas guerras de descolonização de meados do século XX e das armadilhas da dívida e guerras por procuração do século XXI, todas perpetradas por países membros da OTAN. Mas as sementes linguísticas e a forma de apropriação de elites locais, para além da voga de países OTAN nas guerras civis do continente, podem manter países africanos sob influência do bloco.

A tendência em curso é de retomada de incentivos nacionais a setores industriais, de baixa, média e alta tecnologia. A onda de globalização liderada pelos países membros da OTAN, iniciada nos anos 1980, deixou de ser do interesse nacional deles quando a China começou a ter ganhos maiores que o dos criadores do movimento. Um marco neste sentido foi a prisão de Meng Wanzhou, executiva da Huawei, no Canadá em 2018. De fato, por um tempo, a globalização se sustentou no interesse das corporações transnacionais daqueles países, mas não necessariamente de seus governos.

Com a crise de abastecimento que veio com a pandemia, houve uma ruptura de entendimento entre especialistas e governantes sobre a onda de globalização. Nada que não tivesse sido alertado por especialistas críticos à globalização desde seu início. Mas a crise levou a um consenso mais amplo, que se desdobra em uma nova geração de políticas públicas definidas para renacionalização de cadeias produtivas pelos países do bloco OTAN.

Uma das linhas de renacionalização será puxada pelo aumento do gasto militar, especialmente no G10,¹¹ uma via de expansão de gasto público e de reindustrialização, com grande incentivo ao conteúdo nacional no gasto militar em países industrializados. Uma questão que se abre com a onda de renacionalização das cadeias produtivas será a capacidade dos Estados nacionais controlarem empresas e a riqueza dos bilionários. A renacionalização de cadeias produtivas traz a possibilidade de aumento da capacidade dos governos nacionais taxarem o lucro das multinacionais e as grandes fortunas, poder que ficou enfraquecido

11 Apesar do nome, 13 países fazem parte do G10: Alemanha, Bélgica, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça, Espanha e Austrália.

no auge da globalização. Porém, os problemas da desigualdade e do fortalecimento do poder político e econômico dos bilionários dentro de cada país consistem em fatores de resistência.

17.3.2 Desigualdades de renda

Desde a década de 1980 podem ser identificadas duas trajetórias opostas: um movimento de redução de desigualdades entre países; e um movimento de ampliação da desigualdade dentro dos países.¹²

O movimento de redução das desigualdades entre países tem como motor a dinâmica de crescimento, via industrialização e serviços, dos países asiáticos. Na América Latina, com a desindustrialização de Brasil e Argentina, a dinâmica recente foi de dependência de ciclos de preços de *commodities*, com conseqüente manutenção dos trabalhadores desses países um pouco abaixo da média per capita da renda mundial. Enquanto a África segue bem abaixo dessa média. Ainda assim, a desigualdade de renda entre as populações de diferentes regiões segue sendo significativa.

Na América Latina, há incertezas quanto a capacidade dos países internalizarem pontos de cadeias produtivas que retêm mais valor e de retomar, via reindustrialização, a produção de bens de elasticidade-renda elevados. Por exemplo, o movimento de Bolívia e México de nacionalizar a extração de minérios estratégicos, como o lítio, e a produção de baterias de última geração para a frota veicular elétrica mundial, o que pode criar cadeias produtivas, especialmente no âmbito de países do Mercosul. Nesta hipótese, a renda dos países tenderá a ultrapassar a média mundial per capita, em uma dinâmica parecida com a observada para o leste asiático. Uma incerteza para os países Sul-americanos envolve a margem que o sistema internacional dividido dará para uma diplomacia pendular, onde possam negociar políticas industriais nacionais e regionais para complexificação do parque produtivo.

Já a desigualdade dentro dos países se ampliou.¹³ Está em curso um movimento que se auto reforça a partir da acumulação de três fatores: concentração de renda, concentração de riqueza e concentração de poder político. Nas Américas e Europa, o movimento é de achatamento da classe média e descolamento dos 1% mais ricos, com certa estabilidade da renda e riqueza retida pelos 50% mais pobres. Nos países que

12 Milanovic (2016).

13 Milanovic (2016).

se industrializaram na Ásia houve um triplo movimento de ganho de renda entre os 50% mais pobres, os 40% seguintes (classe média), mas com descolamento dos 1% mais ricos. Qual o limite para tal descolamento em âmbito planetário?

A principal incerteza em relação à desigualdade dentro dos países é a continuidade do achatamento da classe média nas Américas e Europa. Isso porque, embora haja uma tendência para essa dinâmica, podemos considerar que haja um limite político para tal trajetória. Incerteza que se desdobra em duas possibilidades principais: ao se atingir algum patamar de achatamento da classe média, o processo pode se estabilizar; ou revoltas e pressões políticas podem acontecer, reivindicando a volta do padrão de bem-estar da classe média nos anos dourados – pós-guerra até a década de 1970. A Europa é o continente mais *propenso* a criar essa ruptura em favor da retomada do poder da classe média, com influência sobre as Américas. No leste asiático, com destaque para a China, a classe média está em expansão, o que dilui muitos atritos sociais e políticos. Mas também há incerteza quanto à trajetória de descolamento do 1%. Até agora, o resultado é o descolamento em nível mundial dos super ricos e pressão sobre as classes médias dos países de alta e média renda.

O lado mais claro e nefasto da pobreza é a fome. Houve uma trajetória de redução da fome no início do milênio, puxada pelo crescimento econômico e redução da pobreza em países asiáticos e sul-americanos. O total de famintos estabilizou em meados da década de 2010 e apresentou aumento no contexto da pandemia e do aumento de preço de alimentos, que deve se consolidar nos próximos anos em um patamar mais elevado. Contudo, grandes rupturas nas cadeias produtivas de alimentos podem gerar episódios agudos de fome. Há décadas a produção de alimentos é capaz de alimentar toda a população mundial, sendo a fome uma questão relacionada à renda.

Contudo, a produção de alimentos tende a um momento de crise no curto prazo e a ser elemento de pressão geopolítica. A trajetória recente de inflação de alimentos apresenta certa inércia, que pode se alongar por esta década, o que reforça a pressão sobre países produtores em relação a insumos e destino de vendas. Boicotes e sanções já criam forte impacto no abastecimento de insumos. A revolução verde de meados do século XX criou uma agricultura intensiva em insumos, com longas cadeias logísticas e de valor globais. A agricultura transgênica e suas sementes estéreis criaram dependência em relação a países produtores. Os principais produtores de sementes transgênicas são

EUA, União Europeia (EU) e China. Esta última vem fazendo esforços para internalizar biotecnologia agrícola e virar um grande ator global, movimento evidenciado pela compra da Syngenta pela ChemChina em 2017, por US\$ 43 bilhões.

Outro fator de degradação social em gestação é a onda de flexibilização de leis trabalhistas e o fenômeno dos trabalhadores autônomos de aplicativos, conhecido como uberização. A onda afetou mesmo trabalhadores no Atlântico Norte, mas mobilizou especialmente trabalhadores mais jovens do sul global. Nesta idade, apresentam alta resiliência a situações de sobretrabalho e poucos problemas de saúde. Entretanto, essa conta será paga – ganhando força a partir das décadas de 2030 e 40 – pelos sistemas públicos de saúde e bem-estar (previdência, assistência social, emprego garantido, transferências de renda), o que demandará uma nova abordagem sobre o gasto público e os pactos sociais a ele subjacentes. Existem aí duas trajetórias possíveis para a concentração de renda em nível nacional, regional e mesmo global: uma de aumento de poder político dos trabalhadores pela pressão contra a pauperização, e outra de reprodução da pobreza em níveis elevados de renda básica universal ou outros esquemas de transferência de renda, em que o cidadão perde poder político.

Além disso, tanto a dinâmica de pobreza quanto de desigualdade dependerá, entre outros fatores, de migrações e de como os países receptores irão tratar o assunto. A onda de migrações para a Europa nas últimas duas décadas teve forte influência das guerras que os países do continente se envolveram via OTAN. A precariedade de imigrantes de zonas conflagradas e choques interculturais estão por trás da tendência de fortalecimento de movimentos de extrema direita e comportamentos xenofóbicos, com impactos eleitorais que podem continuar a dar maior representatividade parlamentar a tais movimentos, inclusive no Parlamento Europeu. Já nos EUA, a tendência consolidada neste milênio é de oscilação quanto à receptividade de imigrantes, a depender do partido no poder, com a manutenção da repressão e choques culturais, que variam entre os estados da federação. Outros fatores que geram deslocamentos populacionais são fome e pobreza, desastres naturais e eventos climáticos; sendo que a pobreza se apresenta como multiplicador dos outros fatores.

Ainda em relação à receptividade das ondas migratórias, há incertezas quanto ao mercado de trabalho e ao bem-estar social no bloco do Atlântico Norte. Movimentos de reindustrialização a partir da nacionalização de cadeias produtivas podem criar demanda por mão de

obra de qualificação média fornecida por imigrantes, o que causaria uma maior receptividade aos imigrantes.

20.4 Transformações nas lógicas de produção e do consumo

Ao que tudo indica, os países centrais na economia mundial seguirão estimulando os investimentos privados, públicos e mistos em setores de alta tecnologia, visando o alcance e o domínio de fronteiras tecnológicas. As recentes corridas por domínio e hegemonia em determinados setores torna verossímil pensarmos em uma concentração em setores como microeletrônica, computação quântica, aeroespacial, novos materiais, novas fontes de energia, serviços avançados de tecnologia da informação, farmacêutica nanomolecular sintética, farmacêutica biomolecular e de base genética, controle de doenças e saúde pública, equipamentos médico-hospitalares e outros.

É pouco provável, contudo, que essa massa de investimentos em inovação e novas fronteiras tecnológicas se dê sob uma orientação de compartilhamento e complementaridade. Os recentes acontecimentos *geopolíticos* apontam para maior probabilidade de concentração de marcas e patentes, reservas de mercado e de direitos de uso de tecnologias proprietárias. Também apontam nesta direção os crescentes movimentos de consolidação em diversos mercados industriais de ponta.

As economias de serviços digitais, que já vieram de uma forte consolidação nas últimas décadas, deverão tender ainda mais à uma associação geopolítica, principalmente depois que o evento de guerra verificado na Ucrânia mostrou empresas como Meta, Google e Twitter filtrando politicamente conteúdos informacionais. Como resposta, o eixo eurasiático que provavelmente se consolidará ao longo deste século prepara sistemas complexos de serviços digitais alternativos, a fim de oferecer plataformas de negócio e uso a suas populações sem que os dados passem por infovias controladas pelos países hegemônicos do Ocidente.

Estes movimentos de consolidação e retorno à proximidade das grandes corporações aos Estados nacionais pode acelerar a inovação, dado que a história aponta uma forte correlação entre pesquisa científica e tecnológica de vanguarda e investimentos públicos, quase sempre resultando em produtos e serviços de tecnologia avançada explorados comercialmente por empresas sediadas nos países investidores. Deve-se confirmar o prognóstico de que o século será marcado por uma intensa transição digital nos paradigmas de produção e consumo, sem que

isso necessariamente aprofunde a globalização nos moldes como ela se apresentou desde o fim do século passado.

É improvável que o mundo passe por uma virtualização completa da base produtiva, dado que a própria ONU prevê que a população do planeta deverá chegar aos 9,7 bilhões em 2050.¹⁴ É muito provável que este intenso acréscimo de demanda por itens de consumo essenciais, infraestrutura básica e urbanização, alimentos e vestuário, educação e serviços de saúde, entre outros, leve a novas rodadas de crescimento em bases tecnológicas universalmente conhecidas. É possível que indústrias e setores pertencentes a um paradigma técnico-econômico do passado recobrem importância, a exemplo de materiais tradicionais como cimento, metais, plásticos e vidros; fibras vegetais e seus subprodutos; máquinas, equipamentos e instrumentos de precisão não digitais; química básica e intermediária.

Esta tendência parece indicar a persistência de dois grandes níveis de estrutura produtiva em estado de coexistência, porém sem tanta probabilidade de complementaridade. Ao contrário, a aceleração de setores de fronteira tecnológica, associado a uma adição de demanda mundial por itens providos por setores distantes da fronteira, pode indicar uma retomada de processos de industrialização e intensificação de cadeias produtivas locais e regionais sob um novo marco *geopolítico* que ainda é desconhecido. Caso isso se confirme, é possível que novas etapas de especialização produtiva em países de renda média aconteçam em base a tecnologias distantes da fronteira, o que poderia levar a uma divisão internacional do trabalho com ainda mais assimetrias econômicas, apesar de um possível esforço de recuperação de espaço por países hoje em estado de regressão produtiva estrutural.

Contudo, as emergências ambientais já verificadas apontam para uma alta probabilidade de limitar, ou senão, condicionar estes processos. É provável que haja uma reorientação das bases produtivas no sentido de menor geração de externalidades ambientais. Novos marcos de regulação deverão ser implementados em muitos países, possivelmente levando as economias a um processo de adaptação em processos produtivos de maneira a continuar crescendo sem reproduzir externalidades negativas. Esforços pontuais, a exemplo do projeto de coprocessamento e redução do fator clínquer na indústria cimenteira (ABCP, FICEM e outras entidades), deverão ser generalizados. Assim também com a in-

14 Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/83427-populacao-mundial-deve-chegar-97-bilhoes-de-pessoas-em-2050-diz-relatorio-da-onu>.

dústria automotiva e sua transição rumo a veículos elétricos. Se a soma destes esforços pontuais será capaz de produzir uma resposta efetiva à problemática ambiental em escala mundial, é uma incerteza relevante que poderá permanecer assim por um período ainda relativamente longo.

Cabe, contudo, estabelecer na equação de probabilidades a condicionante energética. Mesmo se a possibilidade de um mundo pós-petróleo se confirmar – o que é ainda incerto –, a matriz de geração de eletricidade hoje adotada indica que muitos destes esforços pontuais serão compensados negativamente por emissões a montante na cadeia produtiva.

Não se descarta que blocos políticos hegemônicos adotem iniciativas horizontais no sentido de conter o avanço do aquecimento global. Assim, é possível que haja a implementação de impostos internacionais, financiamento de serviços ambientais, ou mesmo sanções, relacionados às práticas de gestão de recursos naturais. Neste contexto, países cuja estrutura produtiva esteja fortemente dependente de exploração de recursos naturais podem ver-se limitados ou constrangidos a uma adaptação orientada por poderes externos, com potenciais impactos em seus planejamentos socioeconômicos de mais longo prazo e indicadores sociais, como níveis de emprego e renda, entre outros.

É provável, portanto, que mesmo diante de um refluxo da globalização nos moldes em que foi concebida, o comércio internacional e as inserções de países no concerto mundial se vejam ainda mais afetados pela revolução no tratamento e gestão de informação.

Por um lado, parece irreversível a tendência às maiores exigências de controle sobre procedência de produtos, rastreabilidade para fins de verificação de externalidades, obtenção de certificações e comprovação para acesso a mercados estratégicos. Isto levará necessariamente a um aprofundamento do uso de dados em massa (*big data*) na gestão da economia capitalista global.

Por outro lado, as recentes instabilidades nas cadeias globais de logística e comércio mostraram como as economias nacionais podem ver-se fragilizadas mesmo sob um regime de alto controle informacional. Assim sendo, parece provável que atenção equivalente será dada a um planejamento não estritamente digital das logísticas de fornecimento e abastecimento. As cadeias de suprimento deverão passar por uma reanálise por critérios de interesse nacional e regional, possivelmente deixando em segundo plano as potencialidades técnicas e gerenciais oferecidas pela digitalização. Caso esta reanálise se generalize, é possí-

vel que os eixos comerciais adotem medidas protetivas de suas cadeias de suprimento por meio de implementação de sistemas informacionais próprios, o que pode levar à criação de sistemas concorrentes na codificação internacional de bens e serviços, sacrificando a linearidade do tecido informacional global em nome de maior segurança no suprimento físico de bens e serviços essenciais.

Este aspecto leva a considerações acerca do uso dos mares e das vias aéreas e espaciais como ativo logístico internacional. A recente crise do comércio naval – com a desorganização dos fluxos da marinha mercante, concentração de navios e contêineres em poucos portos, forte alta no frete marítimo e oligopólio de armadores –, parece reforçar a probabilidade de refluxo na globalização tal como foi concebida. Se associamos este novo cenário de logística internacional inflacionada e restrita com uma probabilidade de maior militarização de oceanos e espaço aéreo, pode haver uma tendência ainda mais forte à regionalização dos elos comerciais, o que pode impactar níveis de crescimento econômico, indicadores sociais domésticos de diversos países e importação de tecnologias não digitais.

O aumento na incerteza relativa a suprimentos em escala mundial, e seus potenciais impactos nos ciclos econômicos domésticos, poderá levar cada vez mais países a implementarem agendas de prevenção contra novos possíveis choques. Assim, a agenda de políticas de desenvolvimento produtivo local e regional, visando à recomposição de cadeias produtivas perdidas para o agora moribundo processo de globalização, poderá ser fortalecida ao longo dos próximos anos. Esta é uma tendência que conta com um caso exemplar a seguir, que é a China e seus planos de governo para gerar, manter e aprofundar o desenvolvimento econômico em bases tecnológicas simultaneamente médias, médias-altas e avançadas.

Instrumentos de compras governamentais, novas regulações de mercados, políticas de intervenção em setores econômicos e estímulos vários à pesquisa e desenvolvimento de soluções tecnológicas para a base produtiva deverão se generalizar. Assim, as perspectivas abertas por sistemas públicos já instituídos poderão ser aproveitadas economicamente, a exemplo do potencial que o Sistema Único de Saúde oferece ao Brasil em termos de vetor de industrialização e sofisticação produtiva, ou do potencial que o orçamento do Departamento de Defesa dos Estados Unidos oferece àquele país em termos de encomendas de novas tecnologias e promoção de novos mercados e empresas.

Em seu funcionamento interno nas sociedades, países ou regi-

ões, o capitalismo digital baseado em dados deverá seguir se fortalecendo. Embora seja possível pensar em ruptura de suas hegemonias globais, como exposto acima, dentro de seus blocos de influência as grandes empresas de tecnologia de escala internacional deverão aumentar e aprofundar a digitalização de processos de produção e consumo.

São variadas as consequências que advirão dessa tendência. Uma consequência de alta probabilidade é o estabelecimento de formas ainda mais aprofundadas de comércio digital de varejo, o que poderá determinar uma reconfiguração dos espaços urbanos, uma reconfiguração ainda mais forte da oferta de empregos, a intensificação das pressões sobre serviços postais e logísticas internas, maior uso de transporte aéreo em relação ao marítimo para comércio internacional e possível perda de empresas comerciais domésticas em função de oferta estrangeira massificada via internet.

É de se esperar que nesse contexto de menores barreiras de entrada ao mundo do empreendimento digital, as atuais tendências de estímulo ao empreendedorismo se aprofundem. O número total de pequenas e microempresas deverá aumentar, o que também refletirá as transformações esperadas na oferta de empregos e nos modelos de contratação mais flexíveis e frequentemente informais. A expressiva quantidade de pequenos negócios em funcionamento simultâneo pode, contudo, encontrar problemas de competitividade. É possível que, por serem pequenas demais em um ambiente competitivo pulverizado, a maioria destas empresas venha a enfrentar dificuldades de sobrevivência, o que por sua vez poderá em um momento futuro, colocar pressão sobre a oferta de empregos das economias não digitais.

É provável que este movimento de generalização do empreendimento individual ou de mínimo porte, associado à difusão da internet como meio de produção, ajude a dar escala aos grandes negócios de provimento de plataformas e/ou serviços digitais. Já é comum que o pequeno empreendedor estabeleça seu negócio *online* sobre bases compradas de grandes empresas, e isto deverá se aprofundar. É possível que o setor de microempreendedores digitais gere economias de escala para os grandes *players* sem, no entanto, se diferenciar da concorrência entre os menores e com isso caírem em um ambiente de concorrência via preço onde a competitividade e as condições de crescimento podem se deteriorar.

Outra consequência possível da intensificação dos comércios digitais é a concorrência com os comércios convencionais. Não é certo que a massa de ofertantes digitais vá necessariamente tirar do mercado

concorrentes convencionais. Mais provável é que os concorrentes convencionais completem sua transição digital com maiores capacidades e resultados, refletindo no comércio digital suas posições, contribuindo assim para um ambiente de comércio eletrônico igualmente concentrado.

Frente este novo ambiente de negócios do varejo, é provável que haja uma intensificação dos serviços financeiros como parte fundamental do ecossistema econômico. A atual revolução nos sistemas de pagamentos – que no Brasil adotou uma posição de vanguarda com o sistema PIX –, deve se intensificar com o advento e popularização de criptomoedas e a internacionalização de empresas financeiras. Em associação com o capitalismo de dados que deverá se aprofundar e consolidar, é possível que esta tendência leve a uma profunda aproximação entre consumidores e sistema de crédito, uma relação que provavelmente será de crescente dependência e que poderá gerar ainda maiores fragilidades estruturais no futuro.

É possível que, em resposta à intensa digitalização financeira das transações comerciais do dia a dia, se aprofundem as respostas sociais que busquem menor exposição digital e financeira. Mercados alternativos, baseados em economias paralelas distantes das conexões com as grandes marcas e corporações, podem se servir da internet e suas transações virtuais de outras maneiras. Assim como pode acontecer que uma quantidade crescente de consumidores se veja forçado a adotar mercados paralelos de bens e serviços onde os métodos convencionais não digitais e não conectados ao sistema de crédito lhes possibilitem a sobrevivência.

Esta possibilidade não deverá se restringir a setores sociais desprovidos de recursos, dado que tendências já perceptíveis como o consumo consciente – exigências relativas a procedência, métodos corretos de produção etc. – contribuem também para o ressurgimento de relações de produção e consumo locais e não dependentes de interfaces digitais e de crédito para se realizar.

Isso pode acarretar um incremento do comércio direto (H2H, ou human to human), em adição aos tradicionais modelos de B2C (*business to consumer*). Ambos se referem à demanda pulverizada de consumidores individuais e famílias. No que diz respeito ao comércio B2B (*business to business*), tendo em vista a probabilidade de crescimento acelerado nas atividades empresariais de larga escala distantes das fronteiras tecnológicas (como mencionado acima, em função de uma perspectiva de aumento populacional expressivo até a metade do

século), avaliamos que sua tendência é de manutenção de taxas moderadas de crescimento. Porém, o B2B deve sofrer as injunções colocadas pela digitalização, pelas restrições à globalização do livre comércio colocadas pela geopolítica e os choques sobre as cadeias de suprimento e suas possíveis consequências de realocação da produção. Estas ocorrências poderão conviver com o crescimento na atividade interempresarial, que tende a se adaptar com razoável agilidade a estas novas realidades.

A reconfiguração urbana deste processo, contudo, parece inevitável. O uso de espaços comerciais das grandes cidades passará por profundas transformações. Entre elas, devem ter destaque a redução do número de lojas físicas; a criação de espaços de escolha (showroom) para facilitação da venda *online* em substituição a formação de redes de lojas; a transição do uso de grandes espaços comerciais para o setor de serviços urbanos; e a criação de novos espaços de entretenimento e diversão em substituição a comércios.

Este processo se refletirá também na lógica de produção de condomínios de apartamentos nas grandes cidades, e no mercado imobiliário em geral. É provável que se aprofunde o atual processo de produção de edifícios com grande número de apartamentos de baixa metragem, oferecendo serviços que permitem transformar a unidade residencial em quase nada mais que um dormitório. O uso misto dos novos condomínios também deverá ser uma realidade que se aprofunda, em especial agregando a destinação de unidades residenciais para uso de sistemas de locação rápida baseados na economia digital (por exemplo, AirBnb).

A prevalência do conceito de uso sobre o de propriedade deverá se intensificar. Identifica-se esta tendência no fenômeno relatado no parágrafo anterior e seus indicativos de futuro, assim como também na circulação da população pelas cidades. É muito provável que novos formatos e relações de uso de automóveis e outros veículos continue a moldar a vivência cotidiana dos espaços urbanos, o que demandará esforços governamentais de ordenamento territorial urbano com infraestrutura de maior qualidade.

É possível, no entanto, que um movimento reverso se inicie e intensifique. As migrações de retorno poderão marcar o esvaziamento de centros urbanos e uma melhor distribuição da população pelos territórios nacionais. Isso demandará a criação de núcleos regionais economicamente dinâmicos, o que por sua vez depende da fina sintonia na execução de políticas econômicas e produtivas, boa governança local, oferta de serviços de qualidade (privados e públicos) e investimentos

em infraestruturas econômicas e sociais.

A provável aceleração das reconfigurações urbanas também deverá ser marcada pela implementação de ainda mais sistemas digitais sobre as infraestruturas das cidades. O movimento já iniciado de “cidades inteligentes” poderá se aprofundar sob uma lógica de parcerias público-privadas e com cada vez mais impacto de interesses econômicos sobre a gestão pública, ao passo que processos de desburocratização e aceleração de trâmites comerciais devem se intensificar. Uma possibilidade é o aumento de interfaces financeiras na intermediação geral do cidadão com a cidade, a exemplo de sistemas de pagamento por serviços de transporte, o que deverá corresponder a um uso mais intenso (e maior dependência em relação a) de celulares como instrumento de identificação, realização de processos e trâmites, pagamento e mobilização.

O excesso de exposição do ser humano a sistemas digitais deverá gerar efeitos díspares, de acordo com a estratificação social e etária dos usuários. Mas parece ser claro que o tempo gasto por indivíduo por dia em interação com objetos e sistemas do meio digital aumentará ao longo das próximas décadas. É de se notar, contudo, a possibilidade de retorno ao uso de telefones não inteligentes, que voltaram a ser fabricados. Este é um evento que pode significar uma reserva de espaço cultural e social fora dos ambientes digitais. Em um contexto possível de extenuação social, depressão e enervamento coletivos, em associação à exposição digital excessiva, este pode ser um ponto de atenção futura para fins de tratamentos psicológicos e psicossociais, bem como políticas culturais e educacionais.

No horizonte temporal mais imediato é possível, no entanto, que haja um aumento do individualismo como cultura e padrão de comportamento. Os fracassos econômicos e políticos das principais democracias ocidentais durante a globalização intensificada a partir da década de 1980 são lidos por uma enorme massa de jovens e jovens adultos como uma prova de que as instituições vigentes não são capazes de atender às suas necessidades. Isso poderá levar a uma intensificação do individualismo, por meio de lemas e ideologias que vêm se tornando comuns na internet, tais como o anarco-capitalismo, o minarquismo, o neo-conservadorismo e outras similares. A este processo deve corresponder uma perda na capacidade social de articular meios de construção coletiva visando a solução de problemas comuns, ou seja, uma menor capacidade de cooperação em larga escala.

As crescentes desigualdades sociais dentro de economias de

grande porte, assim como as intensas desigualdades regionais e internacionais, indicam uma alta probabilidade de que os povos hoje marginalizados continuem a exercer demanda consumidora para usufruir do padrão de vida observado nas classes médias e abastadas de todo o mundo. Assim sendo, é improvável que em um mundo com população crescente, o consumo de massas entre em refluxo.

Nesse contexto, é improvável que a ideia de decrescimento econômico seja aceita pelas populações dos países periféricos. Assim sendo, mesmo a hipótese de regiões super ricas, a exemplo dos países nórdicos, adotarem políticas de de-crescimento por razões de sustentabilidade socioambiental, deverá encontrar severas limitações nas políticas de longo prazo já estabelecidas por estas potências visando conquista de mercados internacionais e exportação de marcas, tecnologias e patentes. O decrescimento, em tal hipótese, seria uma ideia para consumo interno das sociedades avançadas, sem reflexo relevante na economia mundial.

Isso não significa, contudo, enfraquecimento das tendências de transição da matriz produtiva no sentido de melhores práticas, economias de escala não quantitativas e de busca por uma economia baseada em conhecimento. Tais tendências deverão se confirmar ao longo do século. Porém, a adaptação *econômica* e técnica do capitalismo de hoje a estas tendências deverá manter vivos os paradigmas do lucro empresarial, das contas nacionais baseadas em cálculos de PIB, da livre concorrência sob algum grau de regulação, e do consumo de massas. Reunidas estas condições, as adaptações aos novos paradigmas técnico-produtivos não deverão representar uma transição sistêmica rumo a um capitalismo do não crescimento, ou a qualquer outro modelo. O horizonte temporal próximo aponta com maior probabilidade para um novo capitalismo e uma nova indústria, permanecendo o paradigma do crescimento.

20.5 Conclusão

Vimos que nas sociedades onde existe crédito é o gasto agregado que determina a renda e o nível de emprego da economia. É justamente por isso que o Estado precisa atuar de forma anticíclica. O Estado pode e deve agir assim, pois não tem o objetivo de lucro da iniciativa privada e, por isso, não precisa comparar a eficiência marginal do capital com a taxa de juros. A ampliação dos gastos públicos em economias que estejam operando abaixo do pleno emprego possibilita multiplicar a renda

e gerar novos empregos, o que é crucial para mudar o pessimismo dos agentes privados. O resultado é a retomada do crescimento econômico, ampliando a renda e gerando novos empregos, o que permite inclusive ampliar a arrecadação tributária. Ressaltamos, no entanto, que isso não significa que governos monetariamente soberanos devam gastar sem planejamento. Para que um gasto público seja funcional, isto é, para que ele cumpra adequadamente uma determinada função definida pelo planejamento governamental, destacamos que ao menos três aspectos precisam ser considerados: o custo de oportunidade, os possíveis impactos inflacionários e as restrições externas.

Argumentamos também que a redução das desigualdades de renda está diretamente relacionada à forma como cada país defenderá seus interesses diante da polarização entre as duas maiores potências mundiais: Estados Unidos e China. A tendência em curso é de retomada de incentivos nacionais a setores industriais, de baixa, média e alta tecnologia. A crise de abastecimento que veio com a pandemia reforçou a importância de uma nova geração de políticas públicas definidas para renacionalização de cadeias produtivas. Pontuamos que uma questão que se abre com a onda de renacionalização das cadeias produtivas será a capacidade dos Estados nacionais controlarem empresas e a riqueza dos bilionários. A renacionalização de cadeias produtivas traz a possibilidade de aumento da capacidade dos governos nacionais taxarem o lucro das multinacionais e as grandes fortunas, poder que ficou enfraquecido no auge da globalização. Porém, os problemas da desigualdade e do fortalecimento do poder político e econômico dos bilionários dentro de cada país consistem em fatores de resistência.

Por fim, ponderamos que as transformações nas lógicas de produção e consumo não deverão significar uma ruptura nas disputas interestatais. A aceleração dos investimentos em setores de fronteira tecnológica, associado a uma adição de demanda mundial por itens providos por setores distantes da fronteira, pode indicar uma retomada de processos de industrialização e intensificação de cadeias produtivas locais e regionais sob um novo marco *geopolítico* que ainda é desconhecido. Caso isso se confirme, é possível que novas etapas de especialização produtiva em países de renda média aconteçam em base a tecnologias distantes da fronteira, o que poderia levar a uma divisão internacional do trabalho com ainda mais assimetrias econômicas, apesar de um possível esforço de recuperação de espaço por países hoje em estado de regressão produtiva estrutural.

Referências

CHANCEL, L.; PIKETTY, T.; SAEZ, E.; ZUCMAN, G. World Inequality Report 2022. Nova Iorque: ONU, 2022.

DALTO, F.; GERIONI, E.; OZZIMOLO, J.; DECCACHE, D.; CONCEIÇÃO, D. Teoria Monetária Moderna – MMT: a chave para uma economia a serviço das pessoas. Fortaleza: Nova Civilização, 2020.

DAVIDSON, P. Money and the Real World. London: Macmillan, 1978.

_____. Post Keynesian Macroeconomic Theory. Cheltenham: Edward Elgar, 2003.

FAO; IFAD; UNICEF; WFP; WHO. The State of Food Security and Nutrition in the World 2021. Transforming food systems for food security, improved nutrition and affordable healthy diets for all. Roma: FAO, 2021.

FIORI, J.L. Formação, expansão e limites do poder global. In FIORI, J.L. O Poder americano. Petrópolis: Ed. Vozes, 2007.

_____. História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2014.

GIMENE, M.; CONCEIÇÃO, D.; MODENESI, A. Soberania monetária e os objetivos fundamentais da República. Cadernos da Reforma Administrativa nº 40. Brasília: Fonacate, 2022.

KALECKI, M. Political aspects of full employment. The Political Quarterly, 1943.

KELTON, S. The deficit myth: Modern Monetary Theory and the birth of the people's economy. New York: Public Affairs, 2020.

KEYNES, J. M. The general theory of employment, interest and money. London: Harcourt, 1964.

LERNER, A. Functional Finance and the Federal Debt. Social Research, no. 10, 1943.

_____. Money as a Creature of the State. The American Economic Review, Vol. 37, No. 2, Papers and Proceedings of the Fifty-ninth Annual Meeting of the American Economic Association., pp. 312-317, 1947.

MINSKY, H. Estabilizando uma economia instável. Osasco: Novo Século Editora, 2013.

MITCHELL, W.; WRAY, L. R.; WATTS, M. Macroeconomics. Macmillan/Red Globe Press, 2019.

MODENESI, A. M. Regimes Monetários: teoria e a experiência do real. Barueri: Manole, 2005.

MYRDAL, Gunnar. Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

PERROUX, François. A economia do século XX. Lisboa: Livraria Mo-

rais Editora, 1967.

WRAY, L. R. Trabalho e moeda hoje: a chave para o pleno emprego e a estabilidade dos preços. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Contraponto Editora, 2003.

_____. Modern Money Theory: a primer on macroeconomics for sovereign monetary. University of Missouri-Kansas City, 2015.

MILANOVIC, B. Global Inequality: a new approach to the age of globalization. Londres: Belknap, 2016.

PIKETTY, T. O capital no século XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

UNCTAD. Trade and Development Report 2021. From Recovery to resilience: the development dimension. Nova Iorque: United Nations Press, 2021.